



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE ANGICOS

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

FERNANDA DA SILVA FERNANDES

**O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO NA ORGANIZAÇÃO E NO
PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE LAJES/RN**

ANGICOS

2023

FERNANDA DA SILVA FERNANDES

**O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO NA ORGANIZAÇÃO E NO
PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE LAJES/RN**

Monografia apresentada à Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Fádyla Késsia Rocha de Araújo

ANGICOS

2023

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

F363p Fernandes, Fernanda da Silva.
O Projeto Político-Pedagógico na organização e no
planejamento da Educação Infantil no Município de
Lajes/RN / Fernanda da Silva Fernandes. - 2023.
47 f. : il.

Orientadora: Fádyla Késsia Rocha de Araújo.
Monografia (graduação) - Universidade Federal
Rural do Semi-árido, Curso de , 2023.

1. organização. 2. planejamento. 3. currículo.
4. político-pedagógico. I. Araújo, Fádyla Késsia
Rocha de, orient. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada por sistema gerador automático em conformidade
com AACR2 e os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Biblioteca Campus Angicos

Bibliotecário: Helder Romero Maia Duarte

CRB: 15/673

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

FERNANDA DA SILVA FERNANDES

**O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO NA ORGANIZAÇÃO E NO
PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE LAJES/RN**

Monografia apresentada à Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Defendida em: 24 / 05 / 2023.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 FADYLA KESSIA ROCHA DE ARAUJO ALVES
Data: 26/05/2023 10:13:54-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof^ª. Dr^ª. Fádyla Késsia Rocha de Araújo (UFERSA)
Presidente

Documento assinado digitalmente
 ELAINE LUCIANA SOBRAL DANTAS
Data: 26/05/2023 09:36:31-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Elaine Luciana Sobral Dantas (UFERSA)
Membro Examinador

Documento assinado digitalmente
 LOUIZE GABRIELA SILVA DE SOUZA
Data: 26/05/2023 08:49:54-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof^ª. Dr^ª. Louize Gabriela Silva de Souza (IFRN)
Membro Examinador

Para os meus queridos pais
Maria e Pedro.

Para minha amada bisavó
Severina (*in memoria*).

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, responsável por mudar a minha forma de ver a vida, e que durante toda a graduação foi a minha maior fonte de força, fé e perseverança, essencial para a realização deste trabalho.

Agradeço ao meu parceiro, companheiro de todos os momentos, que se fez presente do início ao fim, dando suporte emocional, e principalmente afetivo, contribuindo para que eu pudesse concluir esta jornada.

Agradeço aos meus pais, que se colocam sempre a disposição para me ajudar e incentivar nos estudos, apoiando as minhas escolhas e decisões.

Agradeço a minha querida orientadora Fádyla, por todo o apoio e companheirismo para a realização deste trabalho e para a minha formação, sendo fonte de inspiração como profissional e mulher.

Agradeço às minhas queridas amigas, que mesmo de longe se fizeram presentes na minha vida e nesta trajetória, assim como as que adquiri durante o percurso: Elaine da Silva Cortez, Alice Williany Gomes Araújo, Gessylane Felisberto, Cristiane da Silva Barros, Daniela Kelly Gomes De Souza, Ilany Micaely Santos da Silva e Karla Suzanna Silva Bezerra.

Agradeço a Banca Examinadora pelas contribuições e por fazerem parte da reta final dessa jornada.

A teoria sem a prática vira “verbalismo”, assim como a prática sem teoria vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a *práxis*, a ação criadora e modificadora da realidade.

Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho se constitui como um estudo de pesquisa e análise sobre o papel do Projeto Político-pedagógico na organização e planejamento da educação infantil. Especificamente, busca-se compreender as questões referentes aos conceitos e percepções da comunidade escolar sobre esta ferramenta. Observamos como e em qual momento esses aspectos vão interferir e influenciar na educação, tanto no acesso como na prática democrática da escola, e de sua autonomia. Assim como a orientação do currículo escolar, na perspectiva de considerar na elaboração do PPP a realidade social, cultural, econômica e política da escola e da sua comunidade, como um ponto fundamental para identificar suas necessidades e anseios. Para tanto, na realização da pesquisa foi adotada uma abordagem qualitativa, por meio da pesquisa bibliográfica e documental. Através da aplicação de questionários, foi possível analisar e identificar a desorganização do processo de ensino-aprendizagem, a desarticulação de ideias e ações, e a demonstração da falta de autonomia nas escolas. Ainda foi possível identificar que, o documento é visto como uma mera formalidade sem valor substancial. É neste aspecto que defendemos a necessidade do projeto político-pedagógico ser construído e executado de acordo com as próprias necessidades da escola e da comunidade que está inserida, embasada em princípios que norteiam a Educação Infantil e que estão presentes de maneira clara e consistente nas práticas cotidianas das instituições.

Palavras-Chave: organização; planejamento; currículo; político-pedagógico.

ABSTRACT

The present work is a research and analysis study on the role of the Political-Pedagogical Project in the organization and planning of early childhood education. Specifically, it seeks to understand the issues related to the concepts and perceptions of the school community about this tool. We observe how and in which moment these aspects will interfere and influence education, both in the access and in the democratic practice of the school, and its autonomy. As well as the orientation of the school curriculum, from the perspective of considering the social, cultural, economic and political reality of the school and its community in the elaboration of the PPP, as a fundamental point to identify their needs and desires. To this end, the research adopted a qualitative approach, by means of bibliographic and documental research. Through the application of questionnaires, it was possible to analyze and identify the disorganization of the teaching-learning process, the disarticulation of ideas and actions, and the demonstration of the lack of autonomy in schools. It was also possible to identify that the document is seen as a mere formality without substantial value. It is in this aspect that we advocate the need for the political-pedagogical project to be built and implemented according to the needs of the school and community itself, based on principles that guide early childhood education and that are present in a clear and consistent manner in the daily practices of institutions.

Keywords: organization; planning; curriculum; political-pedagogical.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	–	Caracterização da pesquisa.....	16
Quadro 2	–	Documentos analisados.....	31
Quadro 3	–	Relação dos sujeitos e suas respectivas funções.....	35
Quadro 4	–	Tópicos e análises das respostas dos servidores da instituição	36
Quadro 5	–	Tópicos e análises das respostas do familiar de um aluno da instituição.....	39

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PPP	Projeto Político-Pedagógico
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil
RCNEI	Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-Árido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Objetivos	16
1.1.1 Objetivo Geral	16
1.1.1 Objetivos Específicos	16
2 PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	16
3 REFERENCIAL TEÓRICO	18
3.1 A evolução da Pedagogia no Brasil e o planejamento escolar	18
3.1.1 O Projeto Político Pedagógico nas concepções epistemológicas subjacentes às práticas pedagógicas	24
3.1.2 O Projeto Político Pedagógico como estrutura de organização curricular e cultural da escola	28
4 PPP: COMPREENDENDO A REALIDADE EDUCACIONAL.....	30
4.1 Escola Maurício de Souza	32
4.2 Escola Emília Ferreira	33
5 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS	35
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	43
APÊNDICE A	45
ANEXO A	47

1 INTRODUÇÃO

Existe na composição dos sistemas educacionais uma parte legislativa de atribuições e normas que compõem o trabalho de organização e funcionamento dos sistemas escolares, como também, do desenvolvimento e ensino aprendizagem das instituições de ensino. Não obstante a isso, é fundamental a anual manutenção e atualização desses documentos norteadores, justamente para garantir o eficaz funcionamento dos mesmos, considerando sua indispensável importância para o planejamento e mobilização de recursos, metas e ações a serem executadas em um dado ano e instituição, contemplando assim as necessidades contemporâneas da escola e da comunidade em que está inserida.

E dentre esses documentos está o Projeto Político-Pedagógico (PPP), que cumpre um importante papel na mobilização de um processo de construção que promove a participação de todos nas discussões dos problemas e necessidades existentes nas escolas. Onde o envolvimento e engajamento da comunidade escolar na constituição, implementação e execução desse projeto implica na multiplicidade das mais diversas ideias e reflexões a respeito de questões como: a constituição de propostas e ações concretas; da formação voltada para a transformação do meio social; das definições de atividades e projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

Fortalecendo o vínculo entre as necessidades da comunidade e os objetivos da instituição educacional, dando sentido ao processo de transformação do meio social. Ainda sobre isso, Garcia (2008) afirma que:

[...] na elaboração e na implementação do projeto político-pedagógico encontra-se uma forma de os membros da organização compartilharem significações e refletirem continuamente acerca das inovações e das mudanças que pretendem construir, visando a uma prática educacional autônoma (GARCIA, 2008).

E considerando que o PPP é um instrumento que viabiliza a flexibilização de diálogos e informações acerca do planejamento, organização e desenvolvimento das escolas, assim como da comunidade que a integra, compreende-se a importância que o documento possui no seu uso eficaz. Além disso, com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96), sua elaboração e execução são obrigatórias em todas as instituições de ensino.

Entretanto, essa obrigatoriedade não garante uma construção participativa do documento, nem muito menos o seu uso válido nas escolas, como desejado. Para que essa flexibilização de fato aconteça, é importante que todo o processo que compõe a elaboração desse projeto, assim como sua implementação e contínua execução, ocorra de forma coletiva e

democrática. Nessa perspectiva, é fundamental a atuação de uma gestão escolar democrática, que se coloca em uma posição mediadora, no intuito de superar os obstáculos e concomitantemente melhorar a qualidade educacional da instituição. Desenvolvendo nesse processo um planejamento participativo que seja democrático, significativo e de qualidade, permitindo uma intervenção social coletiva e concreta. Referente a isso, Veiga (2003) afirma que:

O eixo da reflexão estará em torno da capacidade de o planejamento participativo e seu produto - o projeto político pedagógico da escola possibilitarem a vivência da prática reflexiva, democrática e democratizante e, com isso atuarem no sentido da construção de identidades, da escola e dos sujeitos que ela congrega (VEIGA, 2003).

Tendo como base essa concepção, da construção de um PPP que integre e considere a realidade escolar, assim como seus anseios para uma educação transformadora, é necessário reconhecer a importância desse instrumento para o planejamento escolar, e os benefícios que a participação ampla e efetiva de toda comunidade escolar apresentaria na sua elaboração. Desse modo, garantindo que a sua utilização venha a descentralizar o poder da tomada de decisão e extinguir a ideia de divisão entre quem elabora e quem executa o projeto, fazendo com que sua execução nas escolas ocorra de modo factual.

Seguindo essa perspectiva, do que se faz necessário para o processo que compõe esse documento, é relevante apresentar que “a participação representa, pois, a construção conjunta de mudanças na vida da escola” (GARCIA, 2008). Nesse sentido, a ampla participação, além de contemplar as diversas perspectivas e ideias, refletindo e fazendo análises, também desenvolvem novas concepções e práticas, que cada vez mais inovam e atualizam o ensino-aprendizagem das instituições de ensino, corroborando a importância da execução eficaz desse instrumento.

Outrossim, compreende-se que a participação é um fator de peso na eficiência de um trabalho que incorpora todo um conjunto de questões inseridas tanto na vivência escolar como na comunidade. E a ausência dessa participação, especificamente na elaboração do projeto político pedagógico, “descaracteriza uma ação reflexiva indispensável à construção da autonomia escolar, propiciando a reprodução da realidade existente” (GARCIA, 2008). Dessa forma, é substancial que essa reflexão ocorra de fato, pois, é através da autonomia que a escola constituirá uma educação emancipatória, que prima pela formação de um sujeito com o olhar crítico.

Portanto, considerando que essas interações são essenciais para constituição de propostas de ações concretas na elaboração do projeto político-pedagógico, perceber que a ferramenta era minimamente reconhecida e conhecida pelas instituições de educação infantil do município de Lajes/RN, demonstrando ser considerada apenas como parte burocrática da gestão, tanto por alguns profissionais envolvidos no funcionamento da escola como também no desenvolvimento da aprendizagem dos discentes, motivou-se a realização deste trabalho de pesquisa.

Este trabalho foi pensado após a execução do estágio obrigatório em gestão educacional, realizado em uma dessas instituições de educação infantil no município, onde o contato com o projeto político-pedagógico da escola demonstrou a valorização e utilização que eram atribuídas a esse documento pela instituição, e como isso afetava a organização e a realização das atividades e ações de ensino. Apresentando na sua organização algumas lacunas no planejamento educacional, e consequentemente, afetando na oferta do ensino. Havia um documento na escola que remetia ao PPP, mas o mesmo estava desatualizado (2019) e não era utilizado nas tomadas de decisões, nem nos planejamentos dos docentes.

Ao buscar conhecer o projeto político-pedagógico de outra escola pública de Lajes, constatou-se a ausência do referido documento na instituição, o que resultou em situação semelhante à encontrada na primeira escola. E com o intuito de elaborar um projeto de pesquisa, evidenciou-se a necessidade de abordar a temática em questão, a fim de promover a discussão nas comunidades escolares de educação infantil do município.

Considerando o que foi exposto, a pesquisa tem como objetivo analisar o processo de elaboração e execução do projeto político-pedagógico nas instituições de educação infantil da zona urbana do município de Lajes/RN, dialogando e corroborando sobre os benefícios desse instrumento, que discute e reflete a proposta educacional na sua organização e planejamento, considerando as percepções de todos aqueles que compõem a comunidade escolar, garantindo desse modo, a reflexão sobre a organização e execução de metas e projetos educativos, necessários para o processo de transformação da realidade do meio social dessas escolas.

Compreendendo a função e importância dessa ferramenta na organização e ação reflexiva de todos que compõe a instituição, tomando como base essas relações, em diálogo com a Tese intitulada “O Projeto Político-pedagógico na Perspectiva de Consolidação da Cultura Organizacional e da Autonomia da Escola”, da autora Luciane Terra Garcia, pensar os benefícios do PPP na organização e o planejamento de ensino da educação infantil no município de Lajes/RN, e com isso garantir, através do trabalho participativo, o uso dessa ferramenta contribuinte e auxiliadora da educação.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar as percepções da comunidade escolar acerca do Projeto Político-pedagógico como uma ferramenta de gestão e de organização do trabalho escolar, em escolas públicas de educação infantil da zona urbana do município de Lajes/RN.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Analisar o funcionamento do planejamento nas escolas de Educação Infantil;
- Refletir sobre os benefícios da elaboração e execução do PPP;
- Estimular a ampla participação e colaboração da comunidade escolar na construção e na execução do projeto político-pedagógico nas escolas de Educação Infantil.

2 PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

A partir da análise apresentada anteriormente, procurou-se delinear uma metodologia com base em uma caracterização que resultasse no seguinte modelo de pesquisa, descrito no Quadro 1.

Quadro 1 - Caracterização da pesquisa

ABORDAGEM	OBJETIVOS	PROCEDIMENTOS
• Qualitativa.	• Descritiva; • Exploratória.	• Pesquisa Bibliográfica; • Pesquisa Documental; • Pesquisa de Campo.

Fonte: Autoria própria, 2023.

Essa é uma pesquisa com interesse qualitativo, na observação dos conceitos e percepções da comunidade escolar acerca do projeto político-pedagógico em instituições de Educação Infantil. E em relação aos conceitos e percepções, essa abordagem vai ajudar a identificar quais são, e os efeitos que causam na ação participativa da comunidade escolar em todo o processo de construção e implementação do PPP.

Isso porque, na percepção de MacRae (1999), a pesquisa de cunho qualitativo:

[...] em termos metodológicos, [...] implica que os símbolos e a interação devem ser os principais elementos a serem investigados. Além disso, já que são os atores sociais que criam os símbolos, significados e definições, torna-se necessário ao investigador abandonar as pretensões do objetivismo e substituir sua própria perspectiva pela dos grupos em estudo (MACRAE, 1999).

Para tanto, combinou-se em uma guia de questionário perguntas que permitiram serem exploradas essas questões, elaboradas com base nos indicadores levantados na revisão da literatura e pesquisa exploratória e descritiva. Desse modo, possibilitando a delimitação e análise do objetivo, a pesquisa foi realizada através de observações indiretas, no intuito de colher a informação, indo de encontro ao sujeito, que consequentemente de um modo intencional, interferiu na produção dessa informação. Com base nisso, descreveu-se as necessidades identificadas no que diz respeito ao conhecimento sobre o PPP para as gestões escolares. Nessa perspectiva o método resulta, a partir dessa interação entre investigador e sujeito, na produção de elementos reflexivos acerca da análise realizada a partir das informações produzidas pelo questionário, que vão enriquecer ainda mais a pesquisa.

Com a pesquisa bibliográfica, foram consultados outros trabalhos de embasamento teórico relacionados ao assunto, assim como na pesquisa de campo indo em busca dos documentos das escolas envolvidas na pesquisa e materiais disponibilizados por instituições como a Secretaria Municipal de Educação (SEMEC) e Ministério de Educação (MEC).

Além disso, ao final da apresentação do TCC, será realizada uma estratégia de sensibilização com a comunidade escolar acerca da importância, tanto da elaboração como implementação, de um projeto político-pedagógico no planejamento, na autonomia e na transformação do meio social da instituição, constituindo um documento com a ampla participação e trocas significativas de todos aqueles que fazem parte dessa vivência escolar. Nosso objetivo, nessa estratégia de sensibilização, será despertar na comunidade escolar a reflexão acerca dos resultados encontrados com a pesquisa desenvolvida nas escolas campo.

A partir da realização de um encontro com a participação dos funcionários e familiares da escola, com o convite estendido à Secretaria Municipal de Educação, em cada uma das escolas. Durante o evento, será feita a apresentação da pesquisa, exibindo os resultados obtidos de forma clara e concisa, proporcionando em seguida, um diálogo aberto para discutir e aprofundar as informações apresentadas. A dinâmica do encontro será informativa, visando promover uma compreensão aprofundada do documento e estimular a participação de todos os envolvidos na transformação da atual realidade das escolas.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 A evolução da Pedagogia no Brasil e o planejamento escolar

No ano de 1539 a Companhia de Jesus tomou para si a missão de desenvolver a ação educativa como tarefa essencial em todo o mundo, além de outros eventos, bem como o uso do conhecimento para expandir a doutrina católica, definindo como um de seus votos ocuparem-se em vida na salvação do próximo através de uma ordem religiosa educadora. É nesse sentido que na colonização de 1549 os Jesuítas trouxeram para o Brasil a pedagogia como forma de ensino, ainda que na época o termo “pedagogia” não tenha surgido ainda nessa perspectiva, o qual seu principal objetivo era disseminar a educação através do exercício da docência, ensinando para colonos e índios.

E buscando pôr em prática o seu projeto, alguns anos após o início da missão no Brasil, um dos principais fundadores do grupo, chamado Inácio de Loyola, escreveu para toda a companhia uma carta de recomendação incentivando que fosse feita a implementação de colégios e escolas em todos os lugares onde estavam desenvolvendo essa ação missionária. Fundamentando a adoção desse incentivo, indicando que, as instituições se tornam um lugar significativo, senão primordial, na vocação missionária dos próprios Jesuítas, favorecendo um vínculo sistêmico entre a educação e a transmissão de valores críticos que, por sua vez, propiciariam no desenvolvimento da missão da própria comunidade (MESQUIDA, 2013). Por conseguinte, foi fundado no Brasil o chamado Colégio da Baía, e outros após este, implementado juntamente com a intenção da transmissão de uma educação de ideais e princípios religiosos.

Norteando essa educação como uma forma prática de um ensino de boa moral, viu-se necessário estabelecer uma administração organizacional do ensino nesses colégios e escolas. Com isso, os jesuítas acabaram por se consolidar no chamado *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Jesuque*, mais conhecido abreviadamente por *Ratio Studiorum*. O método de ensino que vai estabelecer currículo, orientação e organização na educação de suas instituições, se apresenta de forma monóloga, no contexto em que o professor é o centro, único detentor do saber e do conhecimento. Ou seja, sugere que o processo de ensino-aprendizagem seja moldado pelo professor, o que implica em uma prática pedagógica centrada no mestre-escultor. Nessa perspectiva, os alunos são vistos como meras "personificações" do conhecimento produzido pelo professor, reduzindo-se ao resultado final do trabalho docente. A linguagem é entendida como um meio de manipulação docente, que busca reproduzir no aluno o saber que detém exclusivamente (MESQUIDA, 2013).

Desse modo, a formação desses professores se tornava parte da incumbência de manter a integração dos propósitos do *Ratio Studiorum*, ao mesmo tempo que deveria impulsionar a centralização do saber. Tornando-se assim, indispensável aos jesuítas, que acabaram por criar um conjunto de regras que aponta exatamente as ideias necessárias para formação que cada professor de cada disciplina deveria ter. Isto é, não só os alunos eram moldados e guiados conforme os princípios explícitos do grupo, mas também esses professores deveriam manter-se de acordo com os moldes exigidos pela ordem religiosa. Caso contrário, aqueles “professores que tenham tendência para novas doutrinas, ou sejam liberais demais, devem ser excluídos do ensino” (RATIO STUDIORUM, p. 4, 1559/1870).

Mediante a isso, observa-se uma crescente preocupação com a influência hierárquica na educação e a manipulação do conhecimento em benefício próprio, sobretudo por meio da formação docente. É nessa perspectiva que se origina a pedagogia. Embora a expulsão dos jesuítas do Brasil tenha ocorrido, a educação religiosa perpetuou-se até o ano de 1890, quando se quebrou de vez a relação entre Estado e Igreja, que até então era responsável pela influência educacional dos jesuítas no país. Como consequência, o Estado passou a ser o responsável pela educação, embora a Igreja ainda mantivesse uma forte influência nas tomadas de decisões, por meio do Rei.

Contudo, após a Independência do Brasil em 1822, com a reabertura do Parlamento no ano de 1826 é que essa relação vai de fato se romper. E também a palavra “pedagogia” vai literalmente surgir dentre a retomada das discussões sobre o ensino no parlamento. Onde, manifestada através da proposta de Januário da Cunha Barbosa, tinha como intenção a regulação da capacitação do ensino através da sua distribuição em quatro graus, estava entre estes a denominada “Pedagogias”, que abrangeria os conhecimentos elementares necessários a todos independente da sua situação social ou profissão (SAVIANI, 2000).

No entanto, apesar de sua relevância, a proposta acabou por não ser considerada pela Câmara dos Deputados, que optou por apoiar a criação das "escolas de primeiras letras" e suprimir o termo "pedagogia", por se tratar de uma palavra de origem grega cujo significado é "guia de meninos". Mesmo com a volta do parlamento, persistiam questões pedagógicas que geravam constantes preocupações relacionadas à formação dos professores.

Para uma melhor compreensão dessas questões, é necessário compreender a história e a evolução da escola de primeiras letras e a notória forma de educação concebida naquela época. O objetivo dessa escola era generalizar os rudimentos do saber ler, escrever e contar, juntamente com a aprendizagem sobre operações básicas de aritmética, gramática nacional e princípios da moral cristã, que permaneceram incluídos na educação. Esses objetivos restringiam-se

exclusivamente aos primeiros anos e não possuíam relação com outros níveis educacionais, como o secundário e superior, tornando-se um problema mais tarde. É importante destacar que, embora destinada às classes inferiores, mesmo brancos e pessoas juridicamente livres não passavam do aprendizado das primeiras letras. Quando essa proposta foi apresentada, não houve consideração quanto à continuidade do ensino e nem à formação de profissionais responsáveis por oferecê-lo.

Para tanto, apesar do termo “pedagogia” ainda não se manifestar, mesmo que com conceitos e sinônimos diferentes, as problemáticas pedagógicas são observadas, contudo, em vários dispositivos, principalmente na mudança volúvel dos métodos de ensino que se fazem pertinentes ao longo dos anos, já que não existe uma base que compõe o funcionamento integral na organização do desenvolvimento da educação. Percebe-se cada vez mais que, a cada momento em que a questão pedagógica é pensada, é também transformada contextualmente ao passo que vai se tornando necessário ser modificada. E já no final do império, a partir da reforma na organização e funcionamento da educação do estado de São Paulo, com base na anterior, houve também uma reforma no plano de estudos nacional, que como discorre Saviani “foi marcada por dois vetores: enriquecimento dos conteúdos curriculares anteriores; e ênfase nos exercícios práticos de ensino, cuja marca característica foi a criação da Escola-Modelo anexa à Escola Normal, na verdade a principal inovação da reforma” (SAVIANI, 2000).

A partir dessa visão, finalmente surgiu a primeira tentativa de elevar os estudos de educação ao nível superior, extremamente necessária para a formação de professores secundários. Por conseguinte, essa tentativa acabou por contribuir em um espaço acadêmico da pedagogia que anteriormente não existia. Compreendida dessa forma, o conceito que compõe esse espaço refere-se ao lugar que oferta os estudos de educação no nível de ensino superior, definitivamente como uma universidade, apesar de ser considerada prescindível compara as universidades de Medicina, Direito e Engenharia (SAVIANI, 2000). Contudo, já se considera um significativo avanço para a educação.

Desde então, muito precisou ser feito para chegar no que de fato vai representar a pedagogia no Brasil, pois o modelo de formação dos professores não parou de ser questionada e modificada a cada passo que se via necessário melhorar essa profissionalização. E foi justamente nesse processo, a partir da primeira institucionalização através do Decreto nº 1.190/1939, da Faculdade Nacional de Filosofia, organizada em quatro seções: filosofia, ciências, letras e pedagogia, que vai se regulamentar o curso de Pedagogia no país promulgado durante o governo de Getúlio Vargas. Com esse fim, se deu efetivamente a origem da pedagogia

na constituição do que atualmente conhecemos, da produção da formação docente, sendo reformada paulatinamente como trabalho de atuação desse profissional no país.

Ao longo da história, a evolução da pedagogia no Brasil e o planejamento escolar se tornaram primordiais para assegurar a consolidação de um sistema educacional cada vez mais flexível. Como já constatado, no Brasil, o sistema educacional começou a ser organizado no século XIX, mediante a criação de escolas primárias e a introdução do método de ensino mútuo. Consequentemente, diferentes paradigmas pedagógicos foram se desenvolvendo com o passar dos anos, influenciando profundamente a maneira como o sistema educacional era concebido e posto em prática no país.

O planejamento escolar, por sua vez, é um processo fundamental para a organização do trabalho pedagógico e para o alcance dos objetivos da educação, considerando a sua função em um conjunto de atividades que visam definir os objetivos educacionais e as estratégias de ensino. Em resumo, dentre o desenvolvimento da pedagogia no Brasil o planejamento escolar é um elemento fundamental para garantir uma educação de qualidade que atenda às necessidades e desafios da sociedade brasileira.

Nessa linha de raciocínio, compreendemos que, por muitos anos, esse planejamento de ensino foi realizado de forma particular por cada docente, que construía e desempenhava um trabalho de ensino individual, baseado apenas nas suas percepções. Além da limitada variação de perspectivas na constituição desse planejamento, cujos significados, conceitos e informações provêm apenas do professor, sua elaboração afetaria também na gestão escolar, especificamente na sua desorganização, causando um tipo de desarticulação.

Nesse contexto, compreendendo a necessidade de uma sistematização coletiva na construção do planejamento e organização das escolas, o projeto político-pedagógico foi pensado para que na sua elaboração, implementação e execução as instituições de ensino encontrassem “[...] uma forma de os membros da organização partilharem significações e refletirem continuamente acerca das inovações e das mudanças que pretendem construir, visando a uma prática educacional autônoma” (GARCIA, 2008). E compreendendo-o como uma proposta pedagógica que busca definir o caminho a ser percorrido por uma instituição de ensino, utilizá-lo traçando um sentido a partir da definição de objetivos, metas, estratégias e ações, tinha como propósito garantir a qualidade do ensino e da formação crítica e participativa.

Mas antes de discutir sobre o PPP, é importante que se faça uma análise histórica da evolução deste documento no contexto educacional brasileiro. A partir da década de 1960, com a instauração da ditadura militar no país, a educação assumiu uma dimensão política mais acentuada, sendo utilizada como um meio de controle e dominação social através da imposição

de um modelo conservador e autoritário. Neste contexto, surgiram também movimentos de resistência e luta por uma educação mais democrática e libertadora. Foi neste período que Paulo Freire, renomado educador brasileiro com reconhecimento internacional, desenvolveu sua teoria da educação popular, que se baseia na pedagogia crítica e na conscientização política dos educandos. Essa abordagem pedagógica se fundamenta na problematização como meio de possibilitar que os docentes compreendam a sociedade em que vivem e, conseqüentemente, percebam-se como sujeitos históricos.

E foi nessa perspectiva que o projeto político pedagógico surgiu no contexto das mudanças da educação de massas em decorrência das reformas educativas neoliberais ocorridas no Brasil a partir da década de 1980. Período em que houve uma ampliação do debate educacional, salientando a necessidade de uma reforma que garantisse uma educação mais democrática e participativa. Assim, o documento surge como uma resposta a essas necessidades, de um ensino que está implicada a realidade dos alunos e da sociedade em que estão inseridos, buscando garantir na escola, uma educação mais crítica e reflexiva, capaz de formar esses sujeitos em um viés consciente e comprometido com a transformação social. Ou seja, segundo Libâneo (2013) trata-se de:

[...] uma escola que valoriza formas de organização das relações humanas, nas quais prevalecem práticas de valores sociais tais como a convivência entre diferentes, o compartilhamento de culturas, o encontro e a solidariedade entre as pessoas. Nesse tipo de escola, o aluno não estaria usufruindo do conhecimento e das condições que poderiam promover o seu desenvolvimento mental, mas sim do espaço “social” que a escola lhe oferece (LIBÂNEO, 2013).

É importante que a escola não se limite apenas ao desenvolvimento cognitivo dos alunos, mas também que considere a dimensão social e afetiva do aprendizado, nesse sentido, o PPP apresenta-se como um documento importante que abrange também essas dimensões educacionais.

Na década de 1990, com a redemocratização do país, o documento ganhou ainda mais importância, com a inclusão desse tema nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN). Nesse período, surgiram diversas experiências inovadoras de gestão escolar participativa, que buscavam envolver não apenas os professores e alunos, mas também os pais, os funcionários e outros membros da comunidade. E que atualmente, é considerado um elemento essencial para a gestão democrática. Sendo elaborado de forma participativa, levando em conta as necessidades e os interesses da comunidade escolar, estando em consonância com as políticas públicas, as diretrizes curriculares e também a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Como destaca Libâneo (2013), “o PPP deve ser elaborado de acordo com as demandas da sociedade e as necessidades dos alunos, para que possa proporcionar uma educação relevante e significativa”. Para tanto, é fundamental que o documento seja um documento dinâmico, que esteja em constante atualização e revisão, a fim de acompanhar essas mudanças sociais e as transformações que ocorrem na educação ao longo do tempo. E conforme argumentam Cândido e Gentilini (2017):

Nesse sentido, torna-se absolutamente necessário pensar num Projeto Político-Pedagógico que possa dialogar com a Base Curricular e suas possíveis inovações, garantindo o direito e a valorização da intervenção de todos nessa construção que fundamenta a educação Nacional (CÂNDIDO; GENTILINI, 2017).

Mais especificamente, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI), aprovadas em 2009 no Brasil, são um documento de caráter normativo que orienta a formulação de políticas públicas e a prática pedagógica na educação infantil, com o objetivo de garantir a oferta de educação para crianças de zero a cinco anos. Instituído pelo Ministério da Educação, esse documento é coerente com os princípios estabelecidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que estabelece as bases da educação no país. No que se refere ao projeto político pedagógico nas instituições de educação infantil, as DCNEI enfatizam a importância de se ter um documento que esteja em consonância com as especificidades dessa etapa da educação básica, levando em consideração o desenvolvimento integral da criança e seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

Desde então, o Projeto Político Pedagógico vem sendo utilizado pelas instituições de ensino como uma ferramenta de gestão escolar que busca garantir uma educação de qualidade, com foco na formação integral dos estudantes e na promoção da cidadania. Particularmente na educação infantil, levando em consideração as necessidades e características das crianças atendidas, fundamentando-se em uma estrutura que valorize a criança como sujeito histórico e detentor de direitos, bem como a importância da ludicidade, da cultura, da arte e da linguagem como formas de expressão e aprendizagem. Além disso, o projeto deve contemplar a inclusão e a equidade, assegurando que todas as crianças tenham acesso à educação infantil de qualidade, independentemente de suas características pessoais ou socioeconômicas.

3.1.1 O Projeto Político Pedagógico nas concepções epistemológicas subjacentes às práticas pedagógicas

As concepções epistemológicas subjacentes às práticas pedagógicas das instituições de educação são fundamentais para a formação acadêmica dos educandos, uma vez que englobam a compreensão do conhecimento e seus processos de produção, transmissão e utilização. Nesse contexto, o projeto político-pedagógico emerge como uma importante ferramenta de gestão escolar, cujo objetivo principal consiste em orientar tais práticas, especialmente no que se refere à Educação Infantil. Para que esse documento possa ser elaborado de forma apropriada e coerente, é imprescindível considerar os aspectos epistemológicos inerentes à sua construção. Dentre os aspectos relevantes a serem contemplados na elaboração do PPP das instituições de Educação Infantil, destaca-se a concepção de criança, a qual deve ser considerada em todas as fases de sua construção, uma vez que se trata de um ser em constante desenvolvimento, inserido em um contexto social e histórico que exige reflexão crítica por parte dos educadores.

O conceito de criança é uma construção social e histórica, que tem sido objeto de debates por diversos teóricos ao longo do tempo. Sob a perspectiva do desenvolvimento humano, a criança é compreendida como um ser em processo evolutivo, cujas características biológicas, psicológicas e sociais se transformam ao longo do curso de sua vida. De acordo com a teoria histórico-cultural de Vygotsky (1994), a criança é um ser social, que se desenvolve por meio das interações e mediações culturais que vivencia no seu cotidiano. Por sua vez, Piaget (1975) argumenta que a criança é um ser ativo, que constrói seu conhecimento a partir das suas experiências e da sua interação com o meio.

Ou seja, o conceito de criança pode ser abordado sob diferentes perspectivas teóricas, mas, em geral, é entendida como um sujeito em desenvolvimento que apresenta características e necessidades específicas. Segundo Kramer (2015), a concepção de criança na educação infantil deve reconhecê-la como um sujeito de direitos, que possui uma identidade social, cultural e histórica, e que tem o direito de ser valorizada em suas singularidades. A autora destaca também, a importância de se considerar a criança como um ser atuante em seu processo de desenvolvimento, expondo a preocupação não com a criança de hoje, mas com o “cidadão de amanhã”. Seguindo a mesma linha de pensamento, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) vão afirmar que:

A criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que se desenvolve nas interações, relações e práticas cotidianas a ela disponibilizadas e por

ela estabelecidas com adultos e crianças de diferentes idades nos grupos e contextos culturais nos quais se insere (BRASIL, 2009).

Atualmente, a concepção de criança tem sido influenciada pelo conceito de infância como uma categoria social. Nessa perspectiva, a criança é compreendida como um sujeito de direitos, que deve ter suas necessidades e interesses considerados no âmbito social e político. Em suma, o conceito de criança é multifacetado e está em constante evolução. É importante considerar as diversas teorias e perspectivas que permeiam a compreensão desse ser em desenvolvimento, para que se possa garantir uma educação adequada às suas necessidades.

Além da concepção de criança, vários outros aspectos são abordados e considerados na elaboração do PPP em diversos documentos regulatórios para a Educação Infantil, tais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI). Entre esses aspectos está a gestão democrática, fundamental para a elaboração desse projeto. Essa abordagem se fundamenta na promoção da participação ativa e responsável de todos os membros da comunidade escolar, visando à construção de uma estrutura administrativa mais igualitária e participativa. E consequente a isto, a formação de uma gestão democrática faria com que:

A elaboração e a implementação do projeto político-pedagógico da escola constituem-se em uma oportunidade de exercício da ação democrática, de construção dialógica de valores e de sentidos comuns que possibilitam o desenvolvimento do sujeito coletivo, da autonomia escolar e, por conseguinte, de superação da cultura escolar burocrática, que tem propiciado relações de dominação no contexto escolar (GARCIA, 2008).

Contudo, a organização da escola assim como o planejamento da aprendizagem, requer que sejam pensados, de forma ampla, todos os fatores que impliquem o desenvolvimento dos alunos como também do seu meio social, em vários aspectos. Considerando desse modo, fatores sociais e políticos que vão influenciar diretamente na construção do projeto político-pedagógico e no processo do trabalho realizado nas escolas. Em decorrência disso, Garcia (2008) afirma que:

[...] a construção do projeto político pedagógico da escola deve tornar explícitas as opções político-pedagógicas da comunidade que o elabora. Esse processo, assim como a sua implementação, possibilita a construção de sentidos comuns que podem concorrer para a transformação da realidade escolar. Isso porque a vivência desse projeto constitui-se em contínuas oportunidades de reflexão sobre a prática educativa desenvolvida na escola, o contexto em que ela acontece, os hábitos e os valores que orientam a comunidade, tendo em vista o norte político definido para orientar a ação coletiva (GARCIA, 2008).

Dito isto, apresenta-se mais um aspecto que indica que, construir um projeto político-pedagógico na escola, integrando e atentando para as especificidades e necessidades sociais da comunidade em que está inserida, viabiliza a concreta transformação da sua realidade, ou seja, considerar o meio social. Portanto, “[...] acreditamos ser o Projeto Político-pedagógico enquanto mecanismo institucional coletivamente elaborado, um importante passo para a consolidação da gestão democrática nas instituições educativas, incluindo as instituições infantis, na medida em que estas ao ganhar cada vez mais proeminência e notoriedade nos últimos planos e metas governamentais, integram-se ao cunho da responsabilidade para com sua organização e finalidades” (FERREIRA; CORRÊIA, 2013).

E pensar desse modo, uma construção coletiva que fomenta uma ação reflexiva social-política, caracterizando e evidenciando os principais problemas que aquele meio social reflete, principalmente nas instituições de Educação Infantil, torna inevitável falar sobre a participação familiar, assim como de todos os atores escolares, na contribuição para as necessárias transformações, através da elaboração, implementação e execução do PPP. Antes de qualquer coisa, Ferreira e Corrêia (2013) afirmam que:

É necessário refletir sobre a abertura de espaços para que estas trocas possam ocorrer, de modo que não se retenham apenas aos poucos minutos em que pais e professoras estabelecem contato, ou seja, na entrada e saída das crianças. Esta abertura, pode ser discutida junto às famílias e ser elencada no conjunto de ações transformadoras do Projeto Político-Pedagógico elaborado de maneira participativa e que, desta forma, possam ser ocasiões em que o diálogo não se baseie apenas nas questões assistenciais, mas que estas estejam intrinsecamente ligadas à intenção mútua, da família e da escola, de efetivação de todos os pressupostos qualitativos que norteiam a educação infantil. (FERREIRA; CORRÊIA, 2013).

Contudo, essas aberturas não bastam ser realizadas, mas também desejadas pela gestão escolar, entendidas como um meio de colaboração para a desenvoltura da organização do processo de aprendizagem das crianças. E em relação a essa educação, Garcia afirma que:

A despeito de, historicamente, a educação escolar ter desempenhado a função de socializar sentidos que propiciem a continuidade da dominação de classe, os educadores progressistas não a veem apenas como um instrumento de regulação social, mas também como um mecanismo capaz de promover mudanças (GARCIA, 2008).

É nessa perspectiva que os agentes escolares deveriam aspirar essa educação, cujo ensino promovesse inovações na escola, que fosse pressuposta a participação ampla e efetiva da comunidade, e que ainda, integrasse e considerasse a autonomia da instituição na sua organização e tomada de decisões. Ou seja, que desempenhasse maior coesão nas relações de

poder e dominação sobre a educação e os seus objetivos. Um aspecto, com a ideia de oportunizar o trabalho eficaz, mas principalmente, seguro dos interesses de uma minoria, que desde noutrora, desempenham um processo de dominação de classe. Segundo Garcia (2008), “a educação pode ser vista tanto como um instrumento de dominação quanto como uma forma de libertação; é, portanto, um espaço de luta, em que os sentidos que orientam a ação dos sujeitos na escola e na sociedade são construídos em meio ao embate político”.

Nesse sentido, feita uma análise sobre os documentos que instituem e direcionam todos os aspectos da educação, percebemos que estes executam um papel de controle sobre as ações educacionais. Sobre o que, como e quando ensinar, assim como, os seus conteúdos, práticas, planejamentos e organizações. Tudo isso determinando e orientando, por esses documentos, o processo de aprendizagem das escolas.

Destarte, é válido salientar essa imposição sobre as instituições assim como aos sujeitos inseridos nelas, pensando no impacto que vai causar, considerando que as mesmas estão localizadas em espaços e realidades sociais diferentes umas das outras. Por isso, é importante que esses documentos que norteiam a educação sejam flexíveis em relação à abertura das escolas em constituir, com base no que lhes é ofertado, a sua organização e planejamento com total autonomia, ponderando sempre sobre a sua realidade e necessárias transformações.

Pois, não compreender as diferentes realidades sociais que compõem as escolas, implica diretamente na construção de um planejamento que despreza as relações interpessoais entre a instituição e escola, consequentemente, indo na contramão e inviabilizando a transformação no seu meio. Nesse contexto, é importante entender o planejamento como:

[...] um processo de *reflexão* acerca das práticas, das relações interpessoais e dos sentidos que orientam a ação coletiva, cuja finalidade é organizar ações sistematicamente orientadas por fins políticos para a construção de uma nova realidade. Planejamos, portanto, para (re)orientar algo existente, captando contradições, problemas e possibilidades de mudanças. O planejamento parte, pois, da análise concreta das relações interpessoais e interinstitucionais, do contexto sócio-histórico e organizacional, da problemática da realidade para, à luz de um referencial teórico-metodológico, compreender e intervir nas práticas cotidianas (GARCIA, 2008).

Outrossim, para garantir que de fato esse trabalho de desenvolvimento integral aconteça em todas as instâncias desse meio social é necessário, através do processo de elaboração e execução do PPP, garantir que esse planejamento seja um planejamento democrático-participativo comprometido com o contínuo diálogo entre as relações interpessoais dos agentes participativos da comunidade junto com apoio pedagógico da escola, formando constantemente novos significados em relação às concepções destes, permitindo que essa contínua redefinição

possibilite as devidas modificações necessárias para que de fato a transformação dentro e fora do espaço escolar aconteça. E entender, dessa forma, o aspecto da autonomia como estando:

[...] associada à liberdade relativa dos sujeitos em proporem e concretizarem uma determinada concepção de educação, que considera as orientações do sistema educacional e as relações econômicas, políticas e culturais por meio das quais a escola articula-se com a sociedade e com os educandos (GARCIA, 2008).

Nesse sentido, apesar de historicamente a educação ser usada por alguns como instrumento de dominação, a autonomia vai dar condições de equiparar a relação de poder, e permitir que a gestão escolar faça um trabalho democrático que possibilita a participação e redefinição dos conceitos e significados conforme a vivências de gestores, apoio pedagógico e familiares.

3.1.2 O Projeto Político Pedagógico como estratégia de organização curricular e cultural da escola

Mediante exposto anteriormente, pode-se inferir que o Projeto Político Pedagógico constitui uma estratégia de importância significativa para a ordenação cultural e curricular da instituição escolar, visto que objetiva a definição dos propósitos, metas e orientações educacionais da escola, contemplando aspectos organizacionais de natureza curricular e cultural. De acordo com Dalila, esse documento é um “processo coletivo de reflexão da escola sobre sua prática, que tem por finalidade definir sua identidade, seus objetivos e metas, assim como as ações necessárias para alcançá-las” (OLIVEIRA, 1997). Ou seja, é um instrumento que permite à escola articular a organização, tanto curricular como cultural, com as diretrizes educacionais de forma mais significativa e ampla. A respeito da escola, Libâneo (2013) vai afirmar que:

Para não ser um dos canais de perpetuação da injustiça social, a escola com qualidade educativa deve ser aquela que assegura as condições para que todos os alunos se apropriem dos saberes produzidos historicamente e, através deles, possam desenvolver-se cognitivamente, afetivamente, moralmente. Desse modo, a escola promove a justiça social cumprindo sua tarefa básica de planejar e orientar a atividade de aprendizagem dos alunos, tornando-se, com isso, uma das mais importantes instâncias de democratização social e de promoção da inclusão social (LIBÂNEO, 2013).

Para tanto, é fundamental que a elaboração do PPP seja realizada a partir de uma análise criteriosa que considere a realidade social, cultural, econômica e política da escola. Essa análise permite que seja possível identificar as necessidades e anseios dos envolvidos no processo

educativo, tais como estudantes, professores, familiares e demais membros, tornando possível definir objetivos e metas claras, garantindo que estas estejam alinhadas com as demandas e expectativas da própria comunidade, em que a escola está inserida. Por isso que para o documento, a definição de uma concepção curricular que valorize a formação integral dos alunos e contemple a formação de valores e atitudes que favoreçam o desenvolvimento social, é de extrema importância. E tendo como base uma concepção curricular que não abrange apenas os aspectos cognitivos, mas também os aspectos afetivos, sociais e culturais da formação humana, o ensino se fundamentaria em uma organização que privilegia e contempla principalmente as variadas formas de conhecimento.

Igualmente, a cultura é um fator crucial a ser considerado no PPP das escolas, conforme destacado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96, que reconhece a importância da diversidade cultural e da promoção da igualdade de oportunidades na educação, enfatizando a necessidade de respeitar a pluralidade étnica e cultural do país. Exatamente o que propõe o documento, possibilitando uma reflexão educacional, definindo colocações adequadas à realidade local, assim como, o desenvolvimento de uma identidade cultural própria, que reflita as características da comunidade. Contribuindo para a formação de uma cultura escolar coesa e identitária, uma vez que estabelece os valores e princípios que norteiam a atuação dessa instituição num determinado meio social. Possibilitando a promoção da construção de uma identidade escolar definida, reconhecida e valorizada pelos próprios autores. Atentando para isso, Libâneo (2013) vai afirmar que:

Com o apoio em premissas pedagógicas humanistas, concebeu-se, assim, uma escola assentada, antes de tudo, no respeito às diferenças sociais e culturais, aos diferentes ritmos de aprendizagem, na flexibilização das práticas de avaliação escolar, tudo em nome da intitulada “educação inclusiva” (LIBÂNEO, 2013).

Com base nessa perspectiva da educação inclusiva, busca-se assegurar a equidade de oportunidades educacionais a todos os discentes, ao passo que se valoriza a singularidade dos indivíduos e se reconhecem suas diferenças sociais e culturais. Consequentemente, as práticas educativas são orientadas ao respeito à diversidade e à fomentação do desenvolvimento integral dos educandos, independentemente de suas particularidades individuais.

Por esse motivo, o PPP se coloca como uma ferramenta estratégica essencial para que de fato isso seja eficaz nas escolas e na oferta de uma educação de qualidade, como nos garante as leis e diretrizes da educação. A flexibilização das práticas de avaliação escolar, por exemplo, permite a adaptação do processo avaliativo às necessidades e ritmos de aprendizagem de cada

estudante, evitando assim a exclusão de indivíduos que não se adequam aos padrões convencionais. É exatamente o que o Projeto Político Pedagógico pretende na sua constituição por parte de toda a comunidade escolar, preconizar a flexibilização da organização cultural da escola, entendendo que cada aluno possui um ritmo e processo de aprendizagem diferentes, conforme as suas especificidades não somente individuais, mas também, sociais. Segundo Ramalho, a escola, enquanto instituição inserida na sociedade, configura-se como um ambiente populacional que abriga grupos distintos com suas respectivas tradições e sistemas de crenças, coexistindo cotidianamente e, assim, fomentando o progresso da diversidade (RAMALHO, 2015). Em virtude disso, torna-se imprescindível a promoção de adaptações nas estratégias pedagógicas, de modo a viabilizar sua adequação aos diferentes contextos educativos. Seguindo essa linha de raciocínio, Ramalho (2015) vai afirmar que:

[...] diversificar não significa só formar grupos homogêneos e com as mesmas dificuldades, mas sim que a diversidade existente no grupo irá favorecer a troca de experiências e o crescimento de cada indivíduo, propiciando dessa forma que os alunos tenham as mesmas oportunidades, mas com estratégias diferentes.

Uma vez que a troca de experiências pode ajudá-los a desenvolver novas habilidades e estratégias para abordar diferentes desafios de aprendizagem, os alunos podem ter as mesmas oportunidades, mas com estratégias diferentes que se ajustam às suas necessidades e características únicas. A diversidade em grupos de aprendizagem pode ajudar a mitigar o impacto de desigualdades sociais, de modo que, a inclusão de alunos diversos pode ajudar a superar barreiras de acesso à educação e a promover uma educação mais equitativa e inclusiva.

Destarte, de acordo com Libâneo (2013), o processo de planejamento escolar deve ser um procedimento ininterrupto que engloba a análise da realidade escolar e comunitária, a definição de objetivos e metas educacionais, a elaboração dos planos de ação, a execução das ações e a avaliação dos resultados. Esse planejamento deve compreender a importância do reconhecimento e valorização das diferenças culturais, com vistas a promover um ambiente escolar inclusivo e acessível para toda e qualquer pessoa, e identidade. Formando assim sujeitos capazes de atuar colaborativamente e pacificamente em uma sociedade pluralista.

4 PPP: COMPREENDENDO A REALIDADE EDUCACIONAL

E compreendendo a importância de todo esse processo que envolve o ensino aprendizagem nas escolas, foi realizada uma análise dos documentos envolvidos na pesquisa,

conforme necessário. Essa análise documental consiste em uma técnica de pesquisa utilizada para examinar e interpretar documentos, cujo objetivo é extrair informações relevantes e significativas destes materiais, de forma a fornecer respostas para questões de pesquisa ou proporcionar uma compreensão mais aprofundada de um fenômeno ou evento de interesse. Segundo Gil, uma pesquisa embasada em documentos, em virtude das particularidades destes ou dos métodos empregados na análise dos dados, apresentam variações de desenvolvimento expressivas e significativas (GIL, 2002). É uma técnica que requer rigor e disciplina, além de conhecimentos específicos sobre o tema em estudo e sobre os métodos e técnicas de análise.

Para realizar a análise documental de forma adequada, é importante que o pesquisador siga algumas etapas, como a seleção dos documentos a serem analisados, a leitura e a codificação dos dados, a identificação de categorias e temas, a interpretação dos resultados e a validação dos achados.

Sob esta perspectiva, procedemos à análise das legislações e diretrizes que nortearam a reforma do sistema educacional brasileiro, com ênfase nas políticas públicas. Analisamos também documentos que fornecem direcionamentos para a educação no Município de Lajes - RN, os quais estão interligados com as políticas educacionais nacionais, bem como outros documentos oriundos das escolas investigadas, conforme evidenciado no Quadro 2:

Quadro 2 - Documentos analisados

1) Documentos das instituições de ensino	• Projeto Político Pedagógico; • Regimento escolar; • Textos informativos e outros.
2) Documentos norteadores da educação no Município de Lajes	• Plano Municipal de Educação.
3) Documentos nacionais que norteiam a educação no Brasil	• Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394,20 de dezembro de 1996; • Lei 12.796, de 4 de abril de 2013, que torna obrigatória a oferta da educação básica a partir dos 4 anos de idade; • Plano Nacional de Educação; • Constituição da República, de 1988; • Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

Fonte: O autor (2023)

Por meio dessa análise documental, foi possível aprimorar a compreensão do funcionamento do sistema de ensino e da escola, bem como dos princípios e códigos que guiam os comportamentos dos indivíduos nessa organização. E para facilitar a visualização das informações apresentadas sobre as instituições pesquisadas, optou-se por denominá-las com os nomes fictícios, Escola Maurício de Souza e Escola Emília Ferreiro.

4.1 Escola Maurício de Souza

A Escola Maurício de Souza é uma instituição de ensino que atende a Educação Infantil desde o ano de 1990 no município de Lajes/RN, com o intuito de considerar a comunidade carente, segundo a auto descrição nos documentos da instituição. Contudo, atualmente a mesma serve a comunidade em geral sendo um referencial de desempenho na educação, devido a avanços significativos na realização de projetos e na qualidade do ensino. Desse modo, a instituição passou por uma reforma, visando o melhor atendimento ao público. As turmas são formadas de acordo com o espaço físico de cada sala de aula, constando de um número correspondente entre 20 a 25 alunos e o espaço em geral é, portanto, condizente com o público alvo.

Se tratando da organização funcional do tempo, a escola organiza o seu calendário levando em consideração sua dinâmica técnico-administrativo pedagógico, mas a princípio, de acordo com as orientações das normas básicas da Secretaria Municipal de Educação do município. O seu quadro de docentes é pautado na formação continuada tendo em sua maioria, pedagogos. E os trabalhos desenvolvidos são registrados e anexados em pastas para um melhor resultado nas práticas pedagógicas.

Com o passar dos anos, houve algumas mudanças na maneira de dinamizar esses trabalhos feitos pelos professores. Uma delas foi o trabalho interdisciplinar cujo objetivo é apresentar uma nova e prazerosa forma de se conhecer nas vivências. A forma de estudo entre os professores também foi modificada, pois a dinâmica era feita de forma geral esclarecendo dúvidas sobre materiais de subsídios para os mesmos. E atualmente, há um planejamento semanal, dividido por níveis, onde se estuda propostas para facilitar o aspecto social, físico e emocional das crianças. Ainda como ferramenta produtiva, a escola utiliza do Portfólio que foi instituído em 2016, como avaliação da Educação Infantil que deixa de lado os relatórios. Esse Portfólio é elaborado em parceria com a secretaria de educação e com os coordenadores de cada escola da educação infantil, com atividades relacionadas aos eixos norteadores e aos campos de experiências de acordo com os grupos e faixas etárias.

Quanto ao Projeto Político Pedagógico dessa escola, o mesmo se encontra desatualizado, datado do ano de 2019, e não foi revisado desde então. Ademais, o documento não é empregado pelo corpo docente nem pela gestão escolar, e não apresenta diretrizes claras para direcionar e auxiliar os mesmos. Em conformidade com isso, os resultados indicaram que: a) o PPP é negligenciado nas tomadas de decisões e a comunidade escolar não participa desse processo de reflexão e ação; b) a análise do documento revelou que o PPP é um processo abrangente, mas na prática, não é implementado, restringindo-se a um requisito obrigatório de existência nas escolas; c) a proposta é de que os docentes participem efetivamente da construção do processo educativo, todavia, não há indicativos de como isso possa ocorrer.

E considerando que esse documento é um instrumento fundamental para a gestão e o planejamento das instituições escolares, com o objetivo de direcionar e auxiliar o corpo docente e discente buscando orientar a prática pedagógica da escola, é de extrema importância que o documento não seja apenas constituído, mas que esteja em constante atualização. E de fato não há lógica de direcionar e auxiliar os docentes e a gestão escolar, se o documento não propõe como isso pode ser feito, uma vez que o conteúdo apresentado não condiz com a realidade atual da instituição. A análise apresentou uma situação pouco propícia ao processo educativo, pois é indiscutível que, a ausência do documento nas tomadas de decisões e a falta de participação da comunidade escolar no seu processo de construção e implementação, comprometem diretamente na gestão democrática da escola e na qualidade do processo educativo.

4.2 Escola Emília Ferreira

A Escola Emília Ferreira é uma instituição de ensino que oferece serviços para a Educação Infantil. Ela foi criada a partir da união de três outras escolas da mesma categoria, e o atual prédio inaugurado em 30 de dezembro de 2016. No entanto, as atividades com os alunos só tiveram início em 20 de fevereiro de 2017, atendendo tanto a alunos da zona rural quanto da zona urbana. A organização funcional do tempo é baseada na dinâmica das orientações das normas básicas da Secretaria Municipal de Educação do município. No processo de avaliação, a instituição segue com a mesma proposta da secretaria de educação, utilizando de portfólios para a avaliação da aprendizagem. As turmas são formadas de acordo com o espaço físico de cada sala de aula e contam com um número correspondente entre 20 a 25 alunos por turma.

Embora a instituição não possua documentos mais informativos ou o PPP, foi feita uma pesquisa documental que revelou a existência de três atas de reuniões extraordinárias. Em março de 2012, ocorreu a primeira reunião para que fossem referendados os nomes dos

representantes que comporiam o conselho escolar da instituição, enquanto ela ainda se localizava em um prédio alugado, e não no que atualmente funciona. Nessa reunião, descreveu-se o conselho como sendo um órgão cuja função é fomentar a participação de toda a comunidade escolar, através de uma política de descentralização, com vistas à busca pela autonomia da instituição de ensino.

Em junho de 2014, foi registrada uma ata de reunião que detalhava os capítulos e seções do conselho escolar, bem como a posse dos cargos, após a escolha dos representantes de cada segmento para formar um novo conselho escolar. É importante destacar que, no Capítulo I, Seção II, Artigo 2, a finalidade do conselho escolar foi apresentada agora como um órgão composto por pais ou responsáveis, alunos, professores, funcionários e direção, que busca promover a participação de toda a comunidade escolar por meio de uma política de descentralização, a fim de alcançar a autonomia da escola e uma educação de qualidade. Isso modificou a primeira perspectiva sobre o conselho escolar, apresentada na reunião anterior, e incluiu a comunidade como parte significativa do processo de planejamento e organização das ações da escola.

Ainda nessa reunião, a Seção IV do funcionamento do conselho de classe estabelece, no Artigo 17, que todas as decisões do conselho escolar devem ser tomadas por meio de votação. Isso demonstra como a votação pode ser uma ferramenta eficaz para integrar a comunidade e garantir a participação ativa de todos os membros na tomada de decisões importantes. No entanto, apesar dessa determinação, não foi registrada nenhuma outra reunião em que as decisões do conselho de fato tenham sido baseadas em votação.

Por fim, na assembleia realizada em março de 2016, a reunião apresentou somente o anúncio da posse dos novos integrantes do conselho. Presentemente, constata-se que o referido conselho escolar não se encontra mais em vigor até aos dias atuais.

Considerando a inexistência do projeto político-pedagógico nesta instituição de ensino, observa-se que em nenhum momento foram discutidos ou abordados nas reuniões, propostas ou temas relacionados ao planejamento do ensino-aprendizagem e às normas que regem a educação infantil. Essa lacuna representa uma preocupação relevante, pois a ausência de um PPP pode comprometer a qualidade da educação oferecida, uma vez que esse instrumento é fundamental para orientar as práticas pedagógicas e garantir a coerência entre os objetivos educacionais e as ações desenvolvidas dentro e fora de sala de aula.

5 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS

A interação é amplamente reconhecida como uma importante forma de reflexão, na qual os entrevistados e pesquisadores podem refletir e compreender as perspectivas de quem vivencia determinada situação, permitindo a obtenção de conhecimento acerca da realidade investigada. Com base neste pressuposto, foram elaborados dois questionários, que visam contemplar as questões relacionadas à cultura organizacional, à autonomia e ao projeto político-pedagógico das escolas, obtendo uma compreensão mais aprofundada acerca da realidade educacional dessas instituições.

No caso desta pesquisa, conduzida nas escolas Maurício de Souza e Emília Ferreiro, os questionários foram administrados em um período de 15 dias, e conforme o critério de seleção, foi desenvolvido com o público-alvo composto pelos indivíduos considerados fundamentais para a elaboração e execução de PPP: professores, que trabalham em ambos os turnos; familiares, responsáveis pelos alunos matriculados na instituição; e a gestão escolar, direção, vice-direção e coordenação pedagógica.

Entretanto, mesmo após o compartilhamento dos questionários, os representantes das duas gestões escolares apresentaram grande resistência à condução da pesquisa, justificando que o documento estava em processo de construção, e por isso não seria possível realizar a pesquisa na escola, se negando a fazer o compartilhamento dos questionários. A partir dessa recusa, buscou-se o apoio da Secretaria Municipal de Educação e como resultado, apenas três respostas foram obtidas, e todas referentes à escola Emília Ferreiro. A falta dessas respostas já demonstra um receio em relação à composição desse documento nas escolas.

Considerando a escassez de dados, o Quadro 3 apresenta as três pessoas que responderam à pesquisa, onde foram utilizados pseudônimos para representá-las, juntamente com suas respectivas funções desempenhadas na escola.

Quadro 3 - Relação dos sujeitos e suas respectivas funções

PSEUDÔNIMO	FUNÇÃO
Ilany	Vice-diretora
Karla	Coordenadora Pedagógica
Daniela	Familiar

Fonte: O autor (2023)

E com o intuito de identificar e compreender as percepções da comunidade escolar acerca do projeto político-pedagógico - a cultura da organização escolar, as políticas educacionais, a autonomia escolar e o projeto político pedagógico da escola - são contemplados nos resultados. Com o objetivo de sistematizar os dados obtidos por meio dos questionários aplicados, a seguir no Quadro 4 e 5 estão as análises e escritas em geral, levando em consideração os pontos abordados e as respostas dos participantes, com o objetivo de proporcionar uma resposta mais padronizada. No entanto, é importante destacar que as respostas foram elaboradas com base nas declarações dos participantes em relação aos princípios norteadores do PPP da instituição em questão. Dessa forma, foi buscado um alinhamento fiel às opiniões expressas pelos participantes para que a resposta refletisse de forma precisa as suas percepções a respeito do documento.

Quadro 4 - Tópicos e análises das respostas dos servidores da instituição

1. Sobre sua experiência
Iany: fala que suas influências partiram da admiração pelo desenvolvimento da área do magistério, de professores que teve no decorrer da vida estudantil, e da necessidade de se firmar numa área, que na sua concepção, promove o desenvolvimento intelectual e concomitantemente econômico. E que nesse processo desde então, as experiências foram diversas, dentro da prática pedagógica na sala de aula, à gestão escolar. Definindo suas abordagens pedagógicas, na perspectiva de uma aprendizagem fácil e persistente, com teorias geralmente baseadas na pesquisa e na ampla criatividade e diversificação de planejamentos.
Karla: respondeu apenas que suas influências tiveram muitos fatores, mas que um deles foi o espaço escolar, mas especificamente a sala de aula.
2. Sobre a cultura da organização escolar
Iany: respondeu que a cultura organizacional da instituição obedece a sistematização de eventos do calendário, mas que além disso, sempre busca ampliar e criar, inovando as atividades nos âmbitos pedagógicos e culturais. E a respeito dos valores e princípios que orientam o trabalho na instituição, refere-se a estes como o atendimento à comunidade escolar como um todo, levando em consideração as necessidades e prioridades que os alunos, familiares e equipe exigem. Assim como valorizar cada setor dentro da sua atividade e expectativa, para desenvolver um trabalho prazeroso e eficiente. Que a escola busca promover

a inclusão e a diversidade entre seus alunos, profissionais e famílias conhecendo e reconhecendo os aspectos mais particulares, e que, o debate pode promover a acessibilidade, para desta forma inteirar-se dos problemas e resolvê-los satisfatoriamente.

Karla: descreve a cultura da organização da escola como um conjunto de saberes em relação a determinações, inovações e interações sociais. E os valores e princípios como justiça, responsabilidade, dignidade, respeito, honestidade e compreensão. Sobre a inclusão, afirmou que ocorre por meio da ludicidade, rodas de conversa, filmes e o aprimoramento de competências e estímulos, que permitam que sejam vencidos os obstáculos.

3. Sobre as políticas educacionais e autonomia escolar

Ilany: diz que as políticas educacionais que considera mais relevantes para a atuação da escola, são os projetos que atendem e elevam a capacidade do aluno, no atendimento às especialidades, bem como reforço ao ensino técnico para aprimorar aptidões. Quanto a forma que a escola busca implementar essas políticas em sua rotina de trabalho, respondeu que, a respeito das especialidades, ocorre através do atendimento constante aos alunos, pois os mesmos têm esse direito. Aprimorando e dando suporte a alunos e professores, seja por meio de suporte material ou projetos recebidos pela instituição. A respeito da autonomia e da gestão democrática em sua organização e tomada de decisões, a escola funciona de modo a adaptar-se às demandas da Secretaria de Educação Municipal, adequando às questões prioritárias do cotidiano escolar.

Karla: apresentou que as políticas que considera mais relevantes são: escola para todos, educação de qualidade e eliminação de déficit de aprendizagem. A implementação dessas políticas ocorre através de planejamento de atividades programadas para o ano letivo. E a questão da autonomia e da gestão democrática na organização e tomada de decisões da escola, acontece dando espaço para toda comunidade escolar, garantindo que todos sejam ouvidos e envolvidos em projetos educativos.

4. Sobre o projeto político-pedagógico da escola

Ilany: sobre a participação na elaboração do PPP, responde que não participou, mas que esta será uma pauta a ser trabalhada na escola em breve. Já quando questionada a respeito do contato com o documento constituído, afirmou que sim, teve esse contato nas discussões e debates sobre o que pode e deve ser atualizado no documento. Suas percepções são que o

documento deve seguir normas e regimentos, com as mudanças e atualizações adequados às inovações e necessidades da instituição trazendo renovação. E quanto à efetividade do projeto político pedagógico em relação aos resultados de aprendizagem dos alunos, apresentou que ajuda no sentido de promover a organização e fixar ações e estratégias dentro da proposta e desenvolvimento do trabalho efetivo da escola.

Karla: respondeu que participa do processo de elaboração do PPP, incentivando, orientando e buscando situações para o melhor aprendizado. E que teve acesso ao documento já constituído, nos momentos de refazê-lo, no qual seguiu o delineamento, identificando e implementando novas propostas. Destacou que o documento não está finalizado, e que a cada dia será atualizada novas propostas. E sobre a efetividade do documento na instituição, afirmou que, tendo uma visão geral sobre a escola, e suas particularidades, possibilita o desenvolvimento de ações para melhoria da escola, possibilitando traços, objetivos que sejam formativos e processuais.

Fonte: O autor (2023)

A análise das respostas obtidas no questionário dos servidores revelou um desencontro de informações e narrativas. No que se refere à cultura da organização escolar, Ilany interpretou a cultura organizacional como eventos culturais, ao invés de compreendê-la na perspectiva da diversidade cultural presente na realidade das escolas, o que levou a inclusão da diversidade a ser entendida como inclusão geral e não como a busca pela equidade de oportunidades educacionais para todos os alunos.

No que diz respeito às políticas educacionais e à autonomia escolar, Ilany destacou que a escola funciona de modo a adaptar-se às demandas da Secretaria Municipal de Educação, adequando as atividades ao cotidiano escolar, o que indica que a escola não tem autonomia para funcionar ou direcionar suas ações e tomada de decisões. Por outro lado, Karla afirmou que essa autonomia existe sim, dentro da instituição, e que a democratização acontece dando espaço para a comunidade escolar, garantindo que todos sejam ouvidos e envolvidos em projetos educativos.

O fato de as duas servidoras trabalharem na mesma escola e apresentarem respostas divergentes indica um desencontro nas ideias e princípios que norteiam a instituição. No que se refere ao projeto político-pedagógico da escola, tanto Ilany quanto Karla compreendem a importância do documento como uma ferramenta que promove a organização das ações, estratégias e objetivos da escola, possibilitando o seu pleno e efetivo desenvolvimento.

No entanto, é importante destacar que reconhecer a importância do projeto político-pedagógico não é suficiente. É preciso colocar em prática as propostas e implementar um documento que, por lei, é obrigatório. No Quadro 5 estão as percepções e análise do familiar de um aluno da escola.

Quadro 5 - Tópicos e análise das respostas do familiar de um aluno da instituição

1. Sobre sua experiência
Daniela: respondeu que suas experiências seriam relacionadas ao II período, turma em que sua criança está matriculada.
2. Sobre a cultura da organização escolar
Daniela: descreve a cultura da organização da escola, como uma cultura que segue os parâmetros curriculares vigentes visando alcançar os objetivos propostos por estes. E que os valores e princípios são: ética, organização, cumplicidade, valorização e investimento no processo ensino aprendizagem. A respeito da questão da autonomia e da gestão democrática, com o apoio da Secretaria de Educação, há o auxílio de cuidadores de crianças com deficiências, o que vem a organizar a sala e estruturar o planejamento visando a inclusão deste e sensibilização dos demais.
3. Sobre as políticas educacionais e autonomia escolar
Daniela: a respeito das políticas educacionais que considera mais relevantes para a atuação da escola, respondeu que é a inclusão de crianças de 0 a 3 anos, onde a escola atende esse preceito com o berçário. E que as escolas buscam implementar essas políticas disponibilizando profissionais que se identificam com o nível de ensino. E lida com a questão da autonomia e da gestão democrática, com uma boa relação com o corpo docente visando o diálogo e sensibilidade, focando no processo de ensino aprendizagem dos educandos.
4. Sobre o projeto político-pedagógico da escola
Daniela: não participou do processo de elaboração do PPP, justificando ser nova na instituição. E que também não teve contato com o documento já construído, mas considera o documento de extrema importância, visto que norteia a organização da escola nas mais diversas áreas.

Na análise das respostas de Daniela, foi constatado que a cultura da organização escolar foi compreendida como inclusão geral, em vez de estar relacionada a diversidades culturais. Ela expressou que considera a implementação de berçários na escola como uma das políticas educacionais mais relevantes para a atuação da instituição. Daniela entende a importância da autonomia e da gestão democrática da escola, com destaque para a necessidade de uma boa relação com o corpo docente que vise o diálogo e a sensibilidade.

Daniela destacou a importância do Projeto Político Pedagógico para a organização da escola em diversos aspectos, apesar de nunca ter tido contato com o documento. No entanto, é possível notar que ela apresenta uma falta de conhecimento tanto em relação às políticas educacionais quanto aos demais fundamentos que orientam o PPP, apesar de fazer parte da comunidade escolar há dois anos.

Chama atenção o fato de que, mesmo durante o processo de construção do projeto político-pedagógico, conforme relatado pela coordenadora pedagógica Karla, não houve qualquer conexão entre a comunidade escolar e o documento. Esse cenário sugere a necessidade de medidas para promover a participação ativa da comunidade escolar na elaboração, implementação e avaliação do PPP, visando a uma gestão efetivamente democrática.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É imprescindível ressaltar que a prática do projeto político-pedagógico desempenha um papel fundamental na reflexão da identidade da escola e na orientação de suas práticas educativas, além de apresentar-se como um recurso facilitador para a identificação de problemas e definição de soluções, permitindo, conseqüentemente, que a escola alcance com sucesso seus objetivos e metas educacionais. Desde então, o PPP vem sendo utilizado pelas instituições de ensino como uma ferramenta de gestão escolar que busca garantir uma educação de qualidade, com foco na formação integral dos estudantes e na promoção da cidadania. Cândido e Gentile (2017) defendem que a escola deve ser capaz de organizar seu próprio projeto, estabelecendo diretrizes de trabalho que sejam tanto políticas quanto pedagógicas, com base em um profundo conhecimento da realidade. No entanto, é importante que esse projeto seja constantemente atualizado e avaliado, a fim de acompanhar as mudanças sociais e culturais em curso. Isso é essencial para garantir que a educação oferecida pela instituição de ensino esteja sempre adequada aos educandos.

Para tanto, possuir e constante consulta do projeto político-pedagógico é fundamental para ações que permeiam uma instituição. Este documento é especialmente relevante para

escolas de educação infantil, como observado na realidade do município de Lajes. Na Escola Emília Ferreiro, é possível constatar as consequências explícitas da ausência do PPP, que impactam diretamente na qualidade do ensino. Tais consequências incluem a desorganização do processo de ensino-aprendizagem, a desarticulação de ideias e ações, e a demonstração da falta de autonomia na escola. É notável que o funcionamento da instituição se torna dependente, pautado exclusivamente pelas dinâmicas da Secretaria Municipal de Educação.

Na Escola Maurício de Souza, embora tenha sido identificado que o documento da escola está desatualizado, a análise dos resultados sugere que a instituição não tem conseguido estabelecer espaços permanentes e, ou sequer um único momento, de discussão e reflexão sobre o tema. Isso se deve, em parte, às dificuldades encontradas na identificação dos princípios explicitados no PPP. Apesar da presença do documento, o fato de estar desatualizado e não ser utilizado nas tomadas de decisões e planejamento, torna-o semelhante na realidade da outra escola, com base nas análises, observações e ausência de respostas na pesquisa. Não ficou evidente se todos os princípios foram integralmente implementados na prática diária das escolas. A falta de resposta da instituição, incluindo a própria gestão escolar, afirma ainda mais essa incerteza.

Diante disso, torna-se evidente a importância da equipe gestora e dos professores compreenderem e se apropriarem dos textos legais. Isso é necessário para que, na elaboração do PPP das escolas, possam de fato cumprir o que é determinado pela legislação, uma vez que esses documentos irão orientar a organização das atividades cotidianas nas instituições de educação infantil. Outrossim, considerando a contribuição que a comunidade escolar pode desempenhar no papel participativo desse processo. É necessário reconhecer que cada escola tem sua realidade única que deve ser levada em conta ao se elaborar um plano educacional. E para garantir que a educação seja adaptada às circunstâncias específicas de cada escola e modalidade de ensino, é crucial permitir que as instituições tenham a liberdade de desenvolver seu próprio currículo.

Por isso este documento deve ser construído e executado de acordo com as próprias necessidades da escola e da sua comunidade, em vez de ser visto como uma mera formalidade sem valor substancial. É essencial que a sua elaboração seja cuidadosa e rigorosa, seguindo procedimentos e protocolos adequados para garantir a sua autenticidade e validade. Além disso, é importante que todos os envolvidos no processo compreendam a relevância e a importância deste documento para o cumprimento dos objetivos estabelecidos. Portanto, é necessário que haja uma clara comunicação e colaboração entre as partes envolvidas para garantir que o documento atenda às necessidades e requisitos previamente definidos.

Para alcançar esse objetivo, é fundamental criar oportunidades para estudos e discussões acerca dos textos legais no cotidiano dessas escolas. Além de estabelecer espaços de participação e colaboração entre os professores e gestores, a fim de que possam revisar constantemente o projeto político-pedagógico da instituição e aprimorá-lo de acordo com as necessidades e demandas do contexto educacional, sempre atualizando o documento. Ainda mais considerando a falta de clareza na implementação dos princípios norteadores da educação infantil nas escolas investigadas, por meio dos PPP e da falta de organização do ensino. É fundamental que esses princípios sejam estabelecidos e estejam presentes de maneira clara e consistente nas práticas cotidianas das instituições, que devem proporcionar experiências e vivências que promovam o acesso e acompanhem cada criança nos processos de construção do conhecimento e aprendizagem, sem qualquer exceção. Nessa perspectiva, elaborar e executar esse documento nas escolas, torna possível não apenas explicitar os princípios norteadores da educação infantil, mas também implementá-los de forma efetiva.

REFERÊNCIAS

- CÂNDIDO, Rita de Kássia ; GENTILINI, João Augusto. Base Curricular Nacional: reflexões sobre autonomia escolar e o Projeto Político-Pedagógico. **Revista Brasileira de política e administração da educação**, v. 33, n. 2, p. 323-336, 2017.
- FERREIRA, Janara Cunha; CORRÊA, Shirlei de Souza. **A dimensão democrática da elaboração do projeto político-pedagógico na Educação Infantil: relações e especificidades**. Zero-a-Seis, Florianópolis, v. 15, n. 27, p. 99-114, 2013.
- MESQUIDA, Peri. Catequizadores de índios, educadores de colonos, Soldados de Cristo: formação de professores e ação pedagógica dos jesuítas no Brasil, de 1549 a 1759, à luz do Ratio Studiorum. **Educar em Revista**, p. 235-249, 2013.
- NEGRÃO, Ana Maria Melo. O método pedagógico dos jesuítas: o "Ratio Studiorum": introdução e tradução. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 154-157, 2000.
- RAMALHO, Lays da Silva. Diversidade cultural na escola. **Revista Diversidade e Educação**, v. 3, n. 6, p. 29-36, 2015.
- SAVIANI, Dermeval. A ideia de sistema nacional de ensino e as dificuldades para sua realização no Brasil no século XIX. In: **Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**. 2000.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010.
- LDBEN – Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9.394**. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em setembro de 2021.
- KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Didática na formação de professores: entre a exigência democrática de formação cultural e científica e as demandas das práticas socioculturais**. In: SANTOS, A.; SUANNO, M. V. Didática e formação de professores: novos tempos, novos modos de aprender e ensinar. Porto Alegre: Sulina, p. 51-82, 2013.
- QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. 1992. Disponível em: <<https://www.fep.up.pt/docentes/joao/material/manualinvestig.pdf>>. Acesso em: 25 de janeiro de 2023.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória?. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, dez. 2003.
- GIL, Antonio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Heccus Editora, 2013.

PIAGET, Jean. **A equilibração das estruturas cognitivas**. Tradução Marion Merlone dos Santos Penna. 1976.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**. *Mind in society: The development of higher psychological processes*. São Paulo, Brasil: Martins Fontes, p. 17-23, 1994.

MACRAE, E. Abordagens qualitativas na compreensão do uso de psicoativos. In: ALMEIDA, A. R. et al. (Org.). **Drogas: tempos, lugares e olhares sobre seu consumo**. Salvador: EDUFBA; CEETAD, p. 27-48, 2004.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. A municipalização do ensino no Brasil. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GARCIA, L. T. dos S. **O projeto político pedagógico na perspectiva de consolidação da cultura organizacional e da autonomia da escola**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

APÊNDICE A

1) Questionário aplicado para os servidores.



CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE ANGICOS
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

QUESTIONÁRIO

Esta entrevista é parte da pesquisa intitulada “**O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO NA ORGANIZAÇÃO E NO PLANEJAMENTO DE ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE LAJES/RN**”, a qual é pré-requisito para a graduação em Pedagogia de Fernanda da Silva Fernandes. A pesquisa possui o seguinte objetivo geral: Analisar o processo de elaboração e de execução do projeto político-pedagógico em escolas públicas de educação infantil da zona urbana do município de Lajes/RN.

- Qual a função que você exerce na escola?

1. Sobre sua experiência:

- 1.1. Qual o seu tempo de atuação na instituição?
- 1.2. Quais foram suas principais influências e experiências ao longo de sua formação acadêmica e profissional?
- 1.3. Como você define sua abordagem pedagógica e quais são as principais referências teóricas que a sustentam?

2. Sobre a cultura da organização escolar:

- 2.1. Como você descreveria a cultura da organização desta escola?
- 2.2. Quais são os valores e princípios que orientam o trabalho nesta escola?
- 2.3. Como a escola busca promover a inclusão e a diversidade entre seus alunos, profissionais e famílias?

3. Sobre políticas educacionais e autonomia escolar:

- 3.1. Quais são as políticas educacionais que você considera mais relevantes para a atuação da escola?
- 3.2. Como a escola busca implementar essas políticas em sua rotina de trabalho?
- 3.3. Como a escola lida com a questão da autonomia e da gestão democrática em sua organização e tomada de decisões?

4. Sobre o projeto político pedagógico da escola:

- 4.1. Você participa/participou do processo de elaboração da proposta pedagógica desta escola?
- 4.2. Após concluído, você teve contato com o projeto político pedagógico da escola em que atua? Em qual(is) momento(s)?
- 4.3. Quais são suas percepções a respeito desse documento?

4.4. Como você avalia a efetividade do projeto político pedagógico em relação aos resultados de aprendizagem dos alunos e à formação cidadã?

2) Questionário aplicado para os familiares.



CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE ANGIOS
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

QUESTIONÁRIO

Esta entrevista é parte da pesquisa intitulada “**O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO NA ORGANIZAÇÃO E NO PLANEJAMENTO DE ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE LAJES/RN**”, a qual é pré-requisito para a graduação em Pedagogia de Fernanda da Silva Fernandes. A pesquisa possui o seguinte objetivo geral: Analisar o processo de elaboração e de execução do projeto político-pedagógico em escolas públicas de educação infantil da zona urbana do município de Lajes/RN.

1. Sobre sua experiência:

- 1.1. Há quanto tempo você está inserido na comunidade desta instituição?
- 1.2. Quais foram suas principais influências e experiências na instituição?

2. Sobre a cultura da organização escolar:

- 2.1. Como você descreveria a cultura da organização desta escola?
- 2.2. Quais são os valores e princípios que orientam o trabalho nesta escola?
- 2.3. Como a escola busca promover a inclusão e a diversidade entre seus alunos, profissionais e famílias?

3. Sobre políticas educacionais e autonomia escolar:

- 3.1. Quais são as políticas educacionais que você considera mais relevantes para a atuação da escola?
- 3.2. Como a escola busca implementar essas políticas em sua rotina de trabalho?
- 3.3. Como a escola lida com a questão da autonomia e da gestão democrática em sua organização e tomada de decisões?

4. Sobre o projeto político pedagógico da escola:

- 4.1. Você participa/participou do processo de elaboração da proposta pedagógica desta escola?
- 4.2. Após concluído, você teve contato com o projeto político pedagógico da escola em que atua? Em qual(is) momento(s)?
- 4.3. Quais são suas percepções a respeito desse documento?
- 4.4. Como você avalia a efetividade do projeto político pedagógico em relação aos resultados de aprendizagem dos alunos e à formação cidadã?

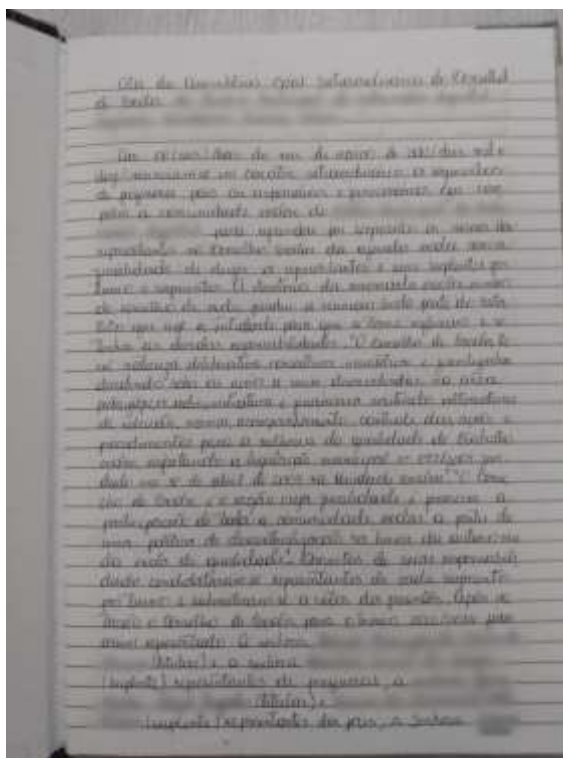
ANEXO A

Foto 1 - Livro do conselho escolar da escola Emília Ferreiro



Fonte: O autor (2023)

Foto 2 - Ata de reunião de março de 2012 da escola Emília Ferreiro



Fonte: O autor (2023)

Foto 3 - Ata de reunião de junho de 2014 da escola Emília Ferreiro

ponto
Ata de Assembleia do Conselho Escolar

Assembleia realizada em 26 de junho de 2014, às 14h30, no auditório da escola, com a presença de todos os membros do Conselho Escolar, além dos pais e representantes de cada turma, totalizando 100 participantes.

Com a presença de todos os membros do Conselho Escolar, foi realizada a reunião, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, realizada em 26 de maio de 2014.

Foram discutidos os pontos levantados na reunião anterior, bem como as sugestões e propostas apresentadas pelos pais e representantes das turmas.

Foram aprovadas as seguintes propostas:

- 1. Realização de uma reunião com os pais e representantes das turmas, para discutir a melhoria da qualidade da educação.
- 2. Realização de uma reunião com os pais e representantes das turmas, para discutir a melhoria da qualidade da educação.
- 3. Realização de uma reunião com os pais e representantes das turmas, para discutir a melhoria da qualidade da educação.

Representante da direção:

Fonte: O autor (2023)

Foto 4 - Ata de reunião de março de 2016 - Escola Emília Ferreiro

Ata de Assembleia Geral do Conselho
da Escola da

Com a presença de todos os membros do Conselho Escolar, foi realizada a reunião, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior, realizada em 26 de maio de 2014.

Foram discutidos os pontos levantados na reunião anterior, bem como as sugestões e propostas apresentadas pelos pais e representantes das turmas.

Foram aprovadas as seguintes propostas:

- 1. Realização de uma reunião com os pais e representantes das turmas, para discutir a melhoria da qualidade da educação.
- 2. Realização de uma reunião com os pais e representantes das turmas, para discutir a melhoria da qualidade da educação.
- 3. Realização de uma reunião com os pais e representantes das turmas, para discutir a melhoria da qualidade da educação.

Representante da direção:

Fonte: O autor (2023)